

IGAOT, tendo sido responsável pelo planeamento e realização de ações de inspeção do ambiente, inspeções SEVESO e inspeções REACH, bem como pela coordenação e supervisão técnica dos inspetores afetos a esse mesmo serviço. Após a fusão da IGAOT com a IGAP, foi nomeada como inspetora-diretora da equipa multidisciplinar responsável pelo controlo das atividades com incidência ambiental, que integrou os 3 serviços de inspeção ambiental da ex-IGAOT. Foi coordenadora nacional da rede IMPEL (European Union Network for the Implementation and Enforcement of the Environmental Law), tendo implementado e internalizado na Inspeção-Geral novas metodologias do planeamento da atividade, assim como novas abordagens e diversas ferramentas de apoio à atividade inspetiva. Foi mandatada por 2 anos para exercer funções de Cluster 1 da rede IMPEL, tendo subsequentemente sido membro interino da Direção da rede IMPEL, durante esse período de tempo. Foi co-líder de alguns projetos da rede IMPEL, tais como “Doing the Right Things”, “Setting Targets & Performance Monitoring” e “Cross Cutting the Environmental Inspection Cycle”. Ainda no âmbito da atividade desenvolvida como coordenadora da rede IMPEL, foi líder do projeto “IMPEL Review Initiative—Portugal”. Foi líder do projeto de cooperação bilateral entre Portugal e a Holanda, no âmbito do ambiente e ordenamento do território. Na vertente internacional, foi ainda ponto focal da Inspeção-Geral no exame da OCDE sobre a política de ambiente em Portugal (Environmental Performance Review Programme). Foi responsável pela criação e desenvolvimento do sistema de análise de risco para o planeamento das inspeções das unidades industriais abrangidas pelo regime da prevenção e controlo integrados da poluição (PCIP), tendo posteriormente orientado e supervisionado a implementação de outros sistemas de análise de risco para o planeamento das inspeções REACH, inspeções SEVESO, inspeções a estações de tratamento de águas residuais e operadores de gestão de resíduos que efetuam o tratamento de resíduos eletrónicos. Coordenou um grupo de trabalho responsável pela preparação e acompanhamento do 30.º Plenário da rede IMPEL, em Lisboa, sob égide da Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia, a qual mediou, tendo esta missão sido louvada através do Louvor n.º 653/2007, publicado na 2.ª série do Diário da República de 28/12/2007.

208013462

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E DO MAR

Gabinete da Ministra

Despacho n.º 10425/2014

Nos termos e ao abrigo dos n.ºs 1 e 3 do artigo 2.º, do n.º 1 do artigo 18.º, do n.º 8 do artigo 19.º e do artigo 27.º, todos da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, e conforme previsto no n.º 1 do artigo 3.º do Decreto Regulamentar n.º 2/2014, de 9 de abril:

1 — Designo o engenheiro Eduardo Albano Duque Correia Diniz para exercer, em regime de substituição, o cargo de diretor-geral do Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral.

2 — O ora designado desempenha o referido cargo em acumulação com o exercício das funções e competências próprias do cargo de direção superior de 1.º grau da Secretaria-Geral do ex-Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente, e do Ordenamento do Território, até à conclusão do respetivo processo de extinção.

3 — A presente designação tem como suporte a nota curricular publicada em anexo ao presente despacho, do qual faz parte integrante.

4 — O presente despacho produz efeitos a partir de 1 de agosto de 2014, ficando ratificados, nos termos do n.º 1 do artigo 137.º do Código do Procedimento Administrativo, todos os atos entretanto praticados pelo referido Diretor no âmbito do referido processo.

7 de agosto de 2014. — Pela Ministra da Agricultura e do Mar, *José Diogo Santiago de Albuquerque*, Secretário de Estado da Agricultura, em substituição.

Nota Curricular

Nome: Eduardo Albano Duque Correia Diniz.

Data de nascimento: 4 de junho de 1969.

Habilitações académicas: licenciatura em Engenharia Agronómica, especialidade Economia Agrária e Sociologia Rural Instituto Superior de Agronomia, Universidade Técnica de Lisboa, concluída em 1994.

Experiência profissional relevante: Gabinete de Planeamento e Políticas GPP — do Ministério da Agricultura, Mar (desde janeiro 2012) e do Ministério da Agricultura do Mar do Ambiente e do Ordenamento do Território até fevereiro de 2014:

Cargos: Diretor do Gabinete de Planeamento e Políticas — Subdiretor-geral (2004/2005); Diretor de Serviços e Chefe de Divisão nas áreas da Política Agrícola Comum e mercados agrícolas (desde 1999).

Áreas de trabalho principais: Coordenação das atividades do ministério: — de âmbito comunitário e internacional, — dos contributos para as Grandes Opções do Plano; — da programação no âmbito das intervenções estruturais comunitárias e nacionais; — subsistema de avaliação do desempenho dos serviços; — da produção de informação estatística na área da agricultura; — de entidade coordenadora do programa orçamental do ministério; — na definição das regras da Política Agrícola Comum, e na conceção do programa de desenvolvimento rural; — negociação das reformas da PAC desde 1999- das medidas de internacionalização dos sectores agroalimentar e florestal e das iniciativas de regulação da cadeia agroalimentar.

Chefe do Gabinete do Secretário de Estado da Agricultura (junho 2011 a janeiro 2012) Assessor do Secretário de Estado do Desenvolvimento Rural (2002/2004).

Técnico Superior do Instituto da Vinha e do Vinho integrado na área dos Mercados Vitivinícolas. Perito no grupo de “Análise de Mercados e Fileiras Vitivinícolas” na OIV — Office International de la Vigne et du Vin, Paris (1994/1998).

Destaque de comunicações e publicações:

Sob o tema da reforma Política Agrícola Comum 2013 e o Programa de Desenvolvimento Rural 2014-2020 — apresentação, junto de várias instituições, de comunicações entre 2011 e 2013 divulgadas no site do GPP; — “O desenvolvimento agroindustrial no mundo lusófono”. ESADR, Évora outubro de 2013;

“Seca de 2012 — um primeiro balanço dos sus impactos e da resposta das entidades públicas”, Conselho Nacional da Água, Lisboa setembro de 2012

Participação e coordenação na elaboração anual das publicações do GPP “Panorama da Agricultura”, “Agricultura Portuguesa — Principais Indicadores”, “Anuário Hortofrutícola” e “Números da Agricultura”;

“O Défice Externo Alimentar Português na Economia Portuguesa”, Revista INGENIUM n.º 130 da Ordem dos Engenheiros; julho/agosto de 2012,

Política Agrícola Comum da União Europeia Diretrizes e principais resultados Conferência em Defesa da Concorrência e Defesa Comercial Brasília, CADE — Conselho Administrativo da Concorrência Económica (Ministério Justiça Brasil) e Comissão Europeia, Brasília 21-22 de maio de 2009;

Impact of the Health Check of the CAP in Portuguese Dairy sector — European Dairy Association General Assembly — Porto, outubro 2008;

“Alargamento da União Europeia — Impactos e perspetivas no sector da produção animal”. Assembleia Geral da UEBCV, Cascais, 30 de abril de 2004.

“O regime de Pagamento Único — Contextualização e reflexão sobre a sua aplicação em Portugal”. Revista Trimestral da associação dos jovens agricultores de Portugal n.º 60 pp 14-15, out/nov/dez de 2004.

“Portugal Dairy Experience before and after its Accession to the European Union”. Unification of Polish Dairy Activity on our Way to the European Union. Ciecchocinek- Polónia 29 de outubro de 2002.

208025037

Despacho n.º 10426/2014

Nos termos e ao abrigo dos n.ºs 1 e 3 do artigo 2.º, do n.º 1 do artigo 18.º, do n.º 8 do artigo 19.º e do artigo 27.º, todos da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, e conforme previsto no n.º 1 do artigo 3.º do Decreto Regulamentar n.º 2/2014, de 9 de abril:

1 — Designo mestre Luís Bruno Dimas Fernandes para exercer, em regime de substituição, o cargo de diretor-adjunto do Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral.

2 — A presente designação tem como suporte a nota curricular publicada em anexo ao presente despacho, do qual faz parte integrante.

3 — O presente despacho produz efeitos a partir de 1 de agosto de 2014.

7 de agosto de 2014. — Pela Ministra da Agricultura e do Mar, *José Diogo Santiago de Albuquerque*, Secretário de Estado da Agricultura, em substituição.

Nota Curricular

Nome: Luís Bruno Dimas Fernandes

Data de nascimento: 8/10/1966

Habilitações académicas: Mestrado em Matemática Aplicada à Economia e à Gestão, ramo de Estatística e Econometria, no Instituto Superior de Economia e Gestão (1994). Licenciatura em Economia, pelo Instituto Superior de Economia e Gestão (1989).

Experiência profissional relevante

Gabinete de Planeamento e Políticas do MAM

Cargo: Diretor-adjunto (desde dezembro de 2009)

Áreas de trabalho principais: políticas comunitárias; organização e gestão internas; produção e mercados agrícolas; programa orçamental do MAM.

Observatório do QREN

Cargo: secretário técnico da Unidade de Avaliação (de julho de 2008 a novembro de 2009)

Áreas de trabalho principais: preparação do Plano de Avaliação do QREN e dos PO 2007-13; promoção e acompanhamento de avaliações no âmbito do QREN; elaboração de orientações técnicas sobre avaliação de programas.

IFAP, I. P.

Cargo: Chefe de Área de Relações Comunitárias (de junho de 2004 a julho de 2008)

Áreas de trabalho principais: prestação de contas agrícolas à CE; coordenação do contraditório de missões de auditoria; porta-voz do IFAP no Comité de Fundos Agrícolas.

Serviços de Planeamento do Ministério da Agricultura (1/3/1990 a 31/5/2004)

Áreas de trabalho principais: planeamento, análise económica, políticas, assuntos comunitários. Cargos relevantes: chefe de divisão de Planeamento e Políticas do GPPAA (1999-2004)

Principais trabalhos publicados

A Política Agrícola e Rural Comum e a União Europeia. Factos e Políticas. Futuro e Opções, CIJDelors e Principia, maio de 2004. Prémio Jacques Delors 2003. Em coautoria (com Francisco Cordovil [coordenador], Rui Alves, Daniel Baptista)

Desenvolvimento e Ruralidade — uma análise empírica, GPPAA e Observatório do QCA III, Lisboa, 2004 — coco ordenador e redator parcial da publicação.

Panorama Agricultura (1998, 1999, 2000), GPPAA, Lisboa 1999, 2000, 2001 — coordenador e redator parcial da publicação.

Développement et Politiques Agro-Alimentaires dans la Région Méditerranéenne — Rapport Pays Portugal (1999, 2000, 2001), Centre International de Hautes Études Agronomiques Méditerranéennes (CIHEAM), 1999, 2000, 2001

«Analyse des structures des exploitations agricoles au Portugal à travers le dernière recensement générale de l'agriculture», em MEDIT — Rivista di Economia, Agricultura e Ambiente, n.º 4/2001,

Dezembro de 2001, Istituto Agronomico Mediterraneo (Bari, Itália)

Modelo Oferta-Procure-Rendimento — Modelo de análise e simulação para o sector agrícola, Atas da 5.ª Conferência do CEMAPRE, ISEG, Lisboa, maio de 1997.

208025094

Despacho n.º 10427/2014

Nos termos e ao abrigo dos n.ºs 1 e 3 do artigo 2.º, do n.º 1 do artigo 18.º, do n.º 8 do artigo 19.º e do artigo 27.º, todos da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, e conforme previsto no n.º 1 do artigo 3.º do Decreto Regulamentar n.º 2/2014, de 9 de abril:

1 — Designo a engenheira Cláudia Isabel Anacleto Pereira da Costa de Cerca Coelho para exercer, em regime de substituição, o cargo de diretora-adjunta do Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral.

2 — A presente designação tem como suporte a nota curricular publicada em anexo ao presente despacho, do qual faz parte integrante.

3 — O presente despacho produz efeitos a partir de 1 de agosto de 2014.

7 de agosto de 2014. — Pela Ministra da Agricultura e do Mar, *José Diogo Santiago de Albuquerque*, Secretário de Estado da Agricultura, em substituição.

Nota curricular

Nome: Cláudia Isabel Anacleto Pereira da Costa de Cerca Coelho.

Data de nascimento: 1 de janeiro de 1973.

Naturalidade: Lisboa.

Habilitações literárias: Licenciatura em Engenharia Agronómica, ramo de Economia Agrária e Sociologia Rural, pelo Instituto Superior de Agronomia (ISA) da Universidade Técnica de Lisboa, concluída em 1997.

Formação específica: Curso de Planeamento da Empresa Agrícola, promovido pelo Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural, setembro de 2004.

Experiência e atividade profissional (súmula): Diretora-adjunta do Gabinete de Planeamento e Políticas desde julho de 2012, Gabinete

de Planeamento, Políticas e Administração Geral a partir de 9 de abril de 2014, desenvolvendo trabalho principalmente nas áreas da Política Agrícola Comum, em particular na Política de Desenvolvimento Rural, e na área da Estatística.

Desde fevereiro de 2013 governadora de Portugal no Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola.

Técnica superior da Confederação dos Agricultores de Portugal até junho de 2012 destacando -se as seguintes funções:

De junho de 2007 a junho de 2012, responsável pela área das Estruturas e Desenvolvimento Rural assegurando nomeadamente o desenvolvimento de atividades nas áreas da Política Agrícola Comum, dos fundos estruturais, do crédito agrícola e florestal e das estatísticas e o acompanhamento de algumas áreas do sector do vinho e da vinha, designadamente o Programa de Arranque da Vinha e o Regime de Reestruturação e Reconversão de Vinhas;

De fevereiro de 2000 a junho de 2007 — responsável pelo Gabinete de Apoio às Ajudas Comunitárias. Participação na criação e desenvolvimento do Serviço de Análise da Rentabilidade Económica das explorações agrícolas e acompanhamento da iniciativa de «Simplificação da PAC» da responsabilidade da Comissão Europeia;

De novembro de 1995 a fevereiro de 2000 — trabalhou na área dos apoios comunitários no âmbito do primeiro pilar da PAC e do crédito agrícola, colaborando na elaboração de algumas publicações;

Representante nas seguintes Comissões e Conselhos: Comissão de Acompanhamento do PRODER, Grupo Consultivo do Desenvolvimento Rural da Comissão Europeia e Grupo de Trabalho do Desenvolvimento Rural do COPA -COGECA, Grupo de Trabalho sobre Indicadores Agroambientais e de Desenvolvimento Rural no âmbito do Conselho Superior de Estatística do INE, Comissões de Acompanhamento do COMPETE e do POVT no âmbito do QREN, Conselho Regional da CCDR — LVT, Comissões de Acompanhamento do POADR e do QCAIII.

208025134

Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte

Despacho n.º 10428/2014

Por Despachos de 15 de novembro de 2013, do Sr. Presidente da Câmara do Município de Torre de Moncorvo, de 13 de maio de 2014 do Sr. Diretor Regional de Agricultura e Pescas do Norte, e obtido o parecer favorável de S. Ex.ª o Secretário de Estado da Administração Pública, n.º 1418/2014/SEAP, de 5 de maio, conforme impõe o n.º 6 e 7 do artigo 6 da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, na redação atual, por aplicação do disposto no artigo 51.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro (LOE 2014), foi autorizada a Mobilidade Interna na Categoria, entre serviços, da Técnica Superior, Mariana Lucinda Fernandes, para exercer funções nesta Direção Regional, nos termos do disposto no artigos 59.º e seguintes da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, na redação atual, com efeitos a 1 de junho de 2014.

11 de julho de 2014. — A Diretora de Serviços de Administração, *Adília Josefina Ribeiro Domingos*.

208015682

MINISTÉRIO DA SAÚDE

Gabinete do Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Saúde

Despacho n.º 10429/2014

O Programa do XIX Governo Constitucional define como medida, no âmbito da qualidade e acesso efetivo aos cuidados de saúde, a respeito dos cuidados paliativos, o aproveitamento e desenvolvimento dos meios já existentes.

A Lei n.º 52/2012, de 5 de setembro, Lei de Bases dos Cuidados Paliativos, consagra na Base XIV como uma das tipologias de equipas de prestação de cuidados paliativos as equipas intra-hospitalares de suporte em cuidados paliativos. Esta equipa presta aconselhamento e apoio diferenciado em cuidados paliativos especializados a outros profissionais e aos serviços do hospital, aos doentes e suas famílias, assim como, presta assistência na execução do plano individual de cuidados aos doentes internados em situação de sofrimento decorrente de doença grave ou incurável, em fase avançada e progressiva ou com prognóstico de vida limitado, para os quais seja solicitada a sua atuação.

Considerando, neste âmbito, que o Decreto-Lei n.º 101/2006, de 6 de junho, já consagrava que a Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados era constituída por unidades e equipas de cuidados e ações pa-